



Electro Aço Altona S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ n.º 82.643.537/0001-34 – IE n.º 250.043.106
Rua Eng.º Paul Werner, 925
CEP 89030-900 – Blumenau – SC

Data base: 31 de dezembro de 2010

1 - Assembléia Geral Ordinária

Convocamos os Senhores Acionistas da Electro Aço Altona S/A, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2011 às 09:00 horas, em sua sede social à Rua Eng.º Paul Werner, 925, Blumenau – SC, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Exame, discussão e votação do relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010;
2. Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício;
3. Eleição do Conselho de Administração;
4. Fixação da remuneração global dos administradores;

Blumenau, 11 de Abril de 2011

Conselho de Administração

2 - Conforme Anexo 21 da Instrução CVM n.º 480 de 7 de dezembro de 2009

10.1. Opinião dos Nossos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de médio a longo prazo.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b . estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a:

- (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos e gastos gerais;
- (ii) cronograma de pagamentos de nossos investimentos;
- (iii) impostos sob a receita relacionados a nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/COFINS e IPI, bem como IR e CS sob Lucro, e Encargos e contribuições sob mão de obra direta e indireta.

Nossa principal fonte de recurso é o caixa ou equivalente de caixa, gerado por meio de nossas atividades operacionais e empréstimos de terceiros. Acreditamos que os recursos existentes, a nossa geração de caixa operacional e os recursos gerados por nossas captações serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

Nosso EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008, foi de R\$ 41,6 milhões e o nosso resultado financeiro líquido ajustado, foi de R\$ 3,6 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA apresentou índice de cobertura de 11 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício.

Nosso EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, foi de R\$ 24,0 milhões e o nosso resultado financeiro líquido, foi de R\$ 11,8 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA apresentou índice de cobertura de 2 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício.

Nosso EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2010, foi de R\$ 23,7 milhões e o nosso resultado financeiro líquido, foi de R\$ 7,3 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA apresentou índice de cobertura de 3,2 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Também utilizamos as linhas de capital de giro dos bancos privados como alternativas de financiamento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo contamos com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico, investimentos relevantes em ativos não circulantes, havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento;

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, possuíamos obrigações com instituições financeiras que somavam R\$ 32,8 milhões, sendo que R\$ 14,3 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 18,4 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, possuíamos obrigações com instituições financeiras que somavam R\$ 26,9 milhões, sendo que R\$ 21,5 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 5,4 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, nosso endividamento bancário foi de R\$ 31,4 milhões, representando 13,4%, respectivamente, do nosso passivo circulante e não circulante, que somados totalizaram R\$ 234,3 milhões. Nossa dívida foi adquirida para financiar nossas aquisições e para nosso capital de giro.

A tabela abaixo apresenta a composição de nosso endividamento em 31 de dezembro de:

Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos Anuais	31/12/10	31/12/09	31/12/08^(*)
Corrente		14.325	21.506	17.421
FINAME	TJLP+5%a.a	-	2.549	-
ACC	9%a.a	6.983	1.761	979
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	6.359	8.474	3.439
Mutuo	CDI+0,80a.m	5.411	9.919	14.293
Finimp GCB696/10	US\$+7,40%a.a.	377	-	-
(-) Ajuste a valor presente	Anbid	(2.154)	(1.197)	(1.290)
Reclassificação juros apropriar	-	(2.651)	-	-
		-	-	-
Não Corrente		18.441	5.479	13.954
FINAME	TJLP + 5% a.a	-	-	4.987
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	19.614	5.459	11.939
Outros	-	-	500	150
Finimp GCB 696/10	US\$ + 7,40% a.a.	705	-	-
(-) Ajuste a valor presente	Anbid	(2.437)	(480)	(3.122)
Reclassificação juros apropriar	-	559	-	-

Vencimento dos financiamentos e empréstimos:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2009	-	-	17.421
2010	-	21.506	10.284
2011	14.325	2.712	1.392
2012	12.424	1.732	1.242
2013	6.017	1.035	1.036
TOTAL	32.766	26.985	31.375

Taxa ANBID - representa a média das operações de mercado em CDB, RDB e CDI.

(*) Elaborado de acordo com as práticas contábeis vigentes na época, sem considerar as alterações propostas pelas leis n.º11.638/2007 e 11.941/2009, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

A Companhia para exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010, tem celebrado contrato de garantias e avais com a Companhia Werner S/A, que se estabelece da seguinte forma:

Conforme (nota 11), os empréstimos bancários da Companhia de 2010, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos sob a garantia de máquinas e equipamentos e avais. A Companhia celebrou com a empresa Werner S.A. Agricultura, Indústria e Comércio, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80.000. Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pela avalista/fiadora, é de R\$ 53.525. Para 2010, a Companhia pagou à avalista/fiadora, a título de remuneração, a importância de R\$ 342, registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras e públicas;

Não há outras relações de longo prazo a não ser as acima mencionadas

(iii) parcelamentos de longo prazo - REFIS;

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008(*)
Curto Prazo	2.348	1.288	2.961
Longo Prazo	97.275	99.216	98.776
	99.623	100.504	101.737

(*) Elaborado de acordo com as práticas contábeis vigentes na época, sem considerar as alterações propostas pelas leis n.º 11.638/2007 e 11.941/2009, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

Amparada na Lei n.º. 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, com base na Medida Provisória n.º. 2.004-5/2000 de 11 de fevereiro de 2000 convertida na mencionada Lei, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, vem sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da companhia (base de pagamento), estima-se que o valor total desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2053.

Em garantia do REFIS FEDERAL foram arrolados e penhorados os bens do ativo imobilizado.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições para limites de endividamento e contratação de novas dívidas, havendo disposições estatutárias regulando a distribuição de dividendos, e emissão de novos valores mobiliários, conforme quesitos 17.2 e 18 deste formulário de referência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos já contratados

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados – em Milhares de Reais

	2010	2009	2008(*)
Receita Operacional Líquida	145.891	123.097	198.155
Custo dos Produtos Vendidos	(110.801)	(91.376)	(138.725)
Lucro Bruto	35.090	31.721	59.430
Receitas Operacionais	7.378	9.809	4.304
Outras Receitas Operacionais	7.378	9.809	4.304
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	(11.701)	(10.663)	(12.977)
Despesas gerais e administrativas	(11.966)	(11.370)	(15.148)
Remuneração dos administradores	(3.562)	(3.645)	(3.572)
Outras Despesas Operacionais	(24)	(435)	(496)
Despesas operacionais líquidas	(27.253)	(26.113)	(32.193)
Resultado antes das Receitas e (despesas) Financeiras	15.215	15.418	31.541
Despesas financeiras	(9.257)	(14.772)	(10.352)
Receitas financeiras	1.963	2.947	6.736
Resultado Financeiro	(7.294)	(11.825)	(3.616)
Resultado antes dos Tributos sobre Lucro	7.921	3.593	27.925
Provisões IRPJ e CSLL	(1.994)	(1.056)	(3.659)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.927	2.537	24.266
Lucro por Ação – Em Reais (R\$)	2,63	1,13	10,78

(*) Elaborado de acordo com as práticas contábeis vigentes na época, sem considerar as alterações propostas pelas leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

Análise das principais contas do resultado – 2010 x 2009

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional líquida foi de R\$ 145,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparada a R\$ 123 milhões no mesmo período em 2009, um incremento de 18,6% ou R\$ 22,9 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, 67% da nossa receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 68% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 110,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 91,4 milhões no mesmo período em 2009 representando um incremento de 21,2% ou R\$ 19,4 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 74% a 76% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 2009 respectivamente.

Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos para adequação da produção em função dos efeitos pós-crise que achatou a atividade operacional, motivo da variação da receita operacional líquida, comentado acima.

Outras Receitas Operacionais

	31/12/2010	31/12/2009
Outras receitas		
Reversão de Juros	1.536	3.369
Reversão de Multas	374	199
Despesas Recuperadas	613	5.436
Outras Receitas	1.322	3.527
Outros itens Extraordinários	3.797	-
	7.642	12.531
Outras despesas		
Perdas Operações M.Externo	288	1.712
Outras Despesas	-	1.444
	288	3.156

a) Tributos Federais sob discussão Administrativa

Em 2009 a Companhia obteve êxito dos processos administrativos que estavam tramitando na Receita Federal referente ao aproveitamento de créditos de IPI, relativos ao exercício social de 2004. O efeito no resultado de 2009 é de R\$ 4.129 mil, apropriados em outras receitas operacionais.

b) Tributos Federais sob discussão judicial e MP 303/06 – INSS

INSS Parcelamento: com base na Medida Provisória 303, de 29 de junho de 2006, a Companhia efetuou pedido de parcelamento da NFLD N.º 35.246.178-0 no dia 15 de setembro de 2006 junto a Secretaria da Previdência Social – INSS, tendo quitado o montante da obrigação em 6 parcelas, sendo a primeira parcela paga em 15 de setembro de 2006 e a última parcela foi paga em 21 de fevereiro de 2007. Até o terceiro trimestre de 2010, a Companhia aguardava a homologação e a quitação do parcelamento concluído.

A Companhia registra R\$ 5.114 mil a título de êxito na redução dos honorários advocatícios, conforme previsão na MP 303/2006 e homologação favorável já julgada para redução de 20% para 1% dos honorários advocatícios e TJLP relativos ao processo citado. Ademais, ainda observa-se na linha de causas tributárias o registro de R\$ 280 mil referente a outros processos com expectativa de perda provável.

No último trimestre de 2010 registrou-se alguns eventos importantes nesta ação, a saber:

- i) obtido parecer jurídico junto ao advogado da Companhia Dr. Pedro Henrique Fontes Fornasaro, datado de Dezembro/2010, onde é citado que apenas por questões burocráticas os saldos não foram integralizados pela Procuradoria da Fazenda, sendo assim não oferece riscos a Companhia desta forma foi realizado emparelhamento dos saldos registrados no ativo e passivo;
- ii) ainda neste mesmo mês, datado de 14/12/2010, temos o requerimento da Companhia junto ao Fisco de Blumenau/SC, questionando os valores utilizados pelo fisco como base para aplicação da redução de encargos previsto na MP 303/2006, onde que na ocasião foram depositados em juízo valores acima do devido, tais valores são objetos de questionamento e já receberam despacho favorável em 14/02/2011 pela Contadoria de Blumenau – em primeiro grau em valores superiores aos registrados pela Companhia;
- iii) para 31/12/2010 a Companhia obteve por deixar registrado apenas R\$ 1.324 mil relativo ao emparelhamento dos saldos ativos e passivo (citado no ponto I), os valores citados no ponto II que superam este saldo e tiveram despacho favorável em primeiro grau pela Contadoria de Blumenau não foram registrados pelo fato de ser um assunto muito recente e que deve ser apreciado em breve pelo Fisco.

Adicionalmente a Companhia registra no ativo valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010
Ações	306	197	129
trabalhistas			
Tributárias	1.324	9.051	9.051
	1.630	9.248	9.180

c) Contingência

A Companhia, em virtude das discussões expostas, efetuou provisão para contingências prevendo a aplicação de encargo legal aos tributos mencionados, bem como a aplicação de honorários advocatícios referente ao INSS, na desistência da defesa, por ocasião da adesão ao parcelamento da MP 303/06.

Para o exercício de 2009 os assessores jurídicos da Companhia obtiveram sucesso judicialmente para a redução dos honorários que prevê a MP 303/06 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de forma que as provisões foram ajustadas, e seus reflexos, apropriados em outras receitas operacionais. O saldo para contingências, em 31 de Dezembro é de R\$ 102 mil (2008 - R\$ 2.603 mil).

(i) Na adesão da Companhia ao REFIS, os honorários advocatícios arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram integralizados no parcelamento de modo que se acresceu à dívida.

Verificando as execuções percebeu-se que na maioria delas foram arbitrados honorários no percentual de 10% do valor executado. Para reduzir este valor de honorários integralizado no REFIS, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

Obteve-se a redução dos honorários para o patamar de 5% em três execuções (Execuções Fiscais nº 99.20.01170-3, 99.20.01171-1 e 99.20.01172-0 que executam as NFLD's 32.631.184-29, 32.631.844-5 e 32.631.843-7 respectivamente), o que proporcionou à Companhia a redução dos honorários incluídos no REFIS, onde reconhecidos contabilmente no resultado do exercício na conta outras receitas operacionais.

Obteve-se êxito ainda para a redução dos honorários para o patamar de 1% nas execuções nº 94.20.01182-8, 96.20.01516-9 e 96.20.03603-4 que executam as NFLD's nº 31.853.717-6, 31.853.718-4, 31.853.719-2, 31.853.720-6, 31.964.758-7, 31.964.757-9, 31.964.759-5, 31.964.760-9, 31.964.763-3, 31.964.762-5, 31.853.734-6, 31.631.788-8, 31.631.798-5 e 31.631.868-0, o que proporcionou à empresa a redução de honorários incluídos no REFIS, reconhecidos no resultado do exercício na conta outras receitas operacionais.

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Tributárias	-	10.545	2.603
Trabalhistas	916	481	427
	916	11.026	10.627

Atuarial

Conforme citado na Nota Explicativa 2 – item 2.13, a revisão do Plano de Benefício de Assistência Médica Pós-Emprego é realizado por consultoria atuarial independente – CTS Consultoria Técnica Atuarial e Seguros Ltda., a qual destaca as seguintes premissas como conclusão para a provisão realizada de R\$ 475 mil em dez/10, seguem considerações:

De acordo com o item 96 da Deliberação CVM 600 de 2009 “Ao mensurar o seu passivo de benefício definido de acordo com o item 54, a entidade deve, sujeito ao disposto no item 58A, reconhecer o custo do serviço passado como despesa linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. No caso em que os benefícios já forem imediatamente adquiridos no momento de introdução de um plano de benefício definido ou de alterações no plano de benefício definido já existente, a entidade deve reconhecer o custo do serviço passado imediatamente”.

Mediante o exposto, o valor do passivo atuarial a ser constituído e reconhecido imediatamente a título de reserva de Benefício de Plano Vitalício de Assistência Médica Pós – Emprego é de R\$ 475 mil.

Seguindo ainda o item 99 da Deliberação CVM 600/2009 “A entidade estabelece o plano de amortizações relativo ao custo do serviço passado quando os benefícios são introduzidos ou alterados. Seria impraticável manter os registros detalhados necessários para identificar e implementar alterações subsequentes nesse plano de amortização. Além disso, só é provável que o efeito seja material quando houver uma redução ou uma liquidação. Portanto, a entidade só altera o plano de amortização relativo ao custo do serviço passado se houver uma redução ou uma liquidação”.

d) Crédito de IR/CS

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2010	30/12/2009
Lucro antes dos impostos	7.921	3.593
IR/CS a alíquota de 34%	(2.693)	(1.222)
(Exclusões)/adições		
Diferenças permanentes	(20)	-
Tributos não contabilizados sobre	719	(368)

	diferenças temporárias de exercícios anteriores		
Outros		-	166
Total		(1.994)	(1.056)

e) Provisão para contingência

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Tributárias	-	10.545	2.603
Trabalhistas	916	481	427
	916	11.026	10.627

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 11,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando comparado aos gastos de R\$ 10,7 milhões no mesmo período em 2009 representando um incremento de 9,3%, ou R\$ 1 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram uma oscilação de redução no ordem de 0,7 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2010 e 2009. O aumento nas despesas comerciais se deu na reestruturação organizacional em virtude do aquecimento dos negócios ocasionado pela situação pós-crise mundial de 2008/2009.

As despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas foram de R\$ 11,9 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$ 11,4 milhões no mesmo período em 2009, o que significou um incremento 4,4%, ou R\$ 0,5 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas diminuíram na ordem de 1 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 em comparação mesmo período em 2009, da mesma forma que nas despesas relacionadas a vendas. A redução que houve no administrativo se deu na reestruturação organizacional.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 9,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparados a R\$ 14,8 milhões no mesmo período em 2009 representando uma redução de 62%, ou R\$ 5,6 milhões. Esta variação decorreu principalmente de despesas com variação cambial significativas no período encerrado em 31 de dezembro de 2010 em função de nossos ativos recebíveis em moeda estrangeira.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram de R\$ 2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, contra R\$ 2,9 milhões no mesmo período em 2009 representando uma redução de 69% ou R\$ 0,9 milhões.

O principal motivo desta variação foi a desvalorização do câmbio afetando assim o desempenho da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Análise das principais contas do resultado – 2009 x 2008

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional líquida foi de R\$ 123 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparada a R\$ 198,2 milhões no mesmo período em 2008, uma redução de 38% ou R\$ 75,2 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, 54% da nossa receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 86,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

A redução de nossa receita líquida para este comparativo, se teve em função da crise mundial que iniciou final de 2008 e perpetuou em 2009.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 91,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 138,7 milhões no mesmo período em 2008, representando uma redução de 34% ou R\$ 47,3 milhões.

Com a adequação que a Companhia teve efetuar para enfrentar a crise que se instalaram, nossos custos se mantiveram em patamares aceitáveis ficando em torno de 75% o do ROL o Custo dos Produtos Vendidos – CPV para o exercício de 2009 comparado a 70% em 31 de Dezembro de 2008.

Despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 10,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando comparado aos gastos de R\$ 13 milhões no mesmo período em 2008 representando uma redução de 17,7%, ou R\$ 2,3 milhões.

Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram uma oscilação de aumento na casa de 2,14 pontos percentuais de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2009 e 2008.

O aumento de nossas despesas comerciais para este comparativo, deve-se pela readequação que Administração da Companhia teve executar para fazer frente a crise econômica mundial.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 15,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 contra R\$ 15,2 milhões no mesmo período em 2008, o que significou um aumento de 1%, ou R\$ 200 mil.

Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas diminuíram 4,8 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em comparação mesmo período em 2008.

O aumento de nossas despesas gerais administrativas para este comparativo, deve-se pela readequação que Administração da Companhia teve executar para fazer frente a crise econômica mundial.

Despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 14,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparados a R\$ 10,3 milhões no mesmo período em 2008 representando um aumento de 30%, ou R\$ 4,5 milhão. Esta oscilação significativa esta relacionada que para exercício de 2008 a companhia reconheceu reversões de honorário de sucumbências para o REFIS e suas respectivas atualizações TJLP.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram de R\$ 3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, contra R\$ 6,7 milhão no mesmo período em 2008, representando um aumento de 123% ou R\$ 3,7 milhões. Os efeitos comparativos para este exercício é especificamente créditos de impostos oriundos de levantamento extemporâneos, ajustes positivos cambiais e juros sob aplicações financeiras.

Balanco Patrimonial – em Milhares de Reais

Ativo	31/12/10	31/12/09	01/01/09
		Reapresentado (nota 04)	Abertura
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	16.206	22.863	25.331
Contas a receber	21.840	14.824	41.127
Estoques	20.241	13.494	19.859
Impostos a recuperar	5.965	5.173	4.769
Outras contas a receber	1.786	1.470	1.784
Despesas antecipadas	106	1.395	84
Total do ativo circulante	66.144	59.219	92.954

Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de Renda e			
Contribuição Social diferidos	9.103	10.970	12.010
Depósitos judiciais	1.630	9.248	9.090
Outros créditos	2.383	543	-
Permanente			
Imobilizado	158.089	154.352	156.217
Intangível	614	959	1.363
Total do ativo não circulante	171.819	176.072	178.680
Total do ativo	237.963	235.291	271.634

Passivo	31/12/10	31/12/09	01/01/09
		Reapresentado (nota 04)	Abertura
Circulante			
Empréstimos	14.325	21.506	17.421
Fornecedores	8.017	4.322	5.567
Programa de recuperação fiscal – REFIS	2.348	1.288	2.961
Impostos e contribuições	3.544	3.609	13.863
Incentivo Fiscal – PRODEC	1.876	2.145	2.553
Arrendamento mercantil – leasing	949	1.014	1.343
Adiantamentos de clientes	1.610	2.376	19.479
Provisão para férias e encargos	2.699	2.867	3.129
Provisão para contingências	916	11.026	10.627
Outros contas	3.998	3.053	7.243
Total do passivo circulante	40.282	53.206	84.186
Não circulante			
Programa de recuperação fiscal – REFIS	97.275	99.216	98.776
Imposto de renda e contribuição social	29.882	31.146	31.218
diferidos			
Impostos e contribuições	2.114	1.220	1.077
Arrendamento mercantil – leasing	926	1.585	2.244
Incentivo Fiscal - PRODEC	3.234	3.557	2.834
Empréstimos	18.441	5.479	13.954
Total do passivo não circulante	151.872	142.203	150.103
Patrimônio líquido			
Capital Social	8.594	8.594	8.594
Prejuízos Acumulados	(20.792)	(29.175)	(31.857)
–Outros resultados abrangentes	58.007	60.463	60.608

Total do patrimônio líquido	45.809	39.882	37.345
Total do passivo	237.963	235.291	271.634

(*) Elaborado de acordo com as práticas contábeis vigentes na época, sem considerar as alterações propostas pelas leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

Análise das principais contas do balanço patrimonial

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e Contas Movimento	1.136	6.233	7.532
CBDs	492	4.576	10.787
Renda Fixa	14.578	12.054	5.212
Fundo Portfólio	-	-	1.800
TOTAL	16.206	22.863	25.331

Em 31 de dezembro de 2010 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento de 101% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

Contas a receber de clientes

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Mercado Interno	5.022	4.509	14.916
Mercado Externo	17.589	11.552	26.804
(-) Ajuste a valor presente	(317)	(64)	(360)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(454)	(232)	(233)
(-) Adiantamento de Contratos de Exportação	-	(941)	-
TOTAL	21.840	14.824	41.127

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, está demonstrada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo no início do exercício	(232)	(233)	(233)
Adições	(302)	(120)	-
Recuperações/ realizações	80	121	-
Saldo no final do exercício	(454)	(232)	(233)

Estoques

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Produtos Acabados	2.202	1.308	2.218
Produtos em Elaboração	12.473	7.616	10.326
Matéria Prima	1.559	984	2.596
Materiais Auxiliares	2.376	1.697	2.239
Outros Materiais	1.303	1.235	1.812
Mercadorias em Consignação	328	654	668
TOTAL	20.241	13.494	19.859

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não foi necessária a constituição de nenhuma provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Impostos a recuperar

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
IRRF, ICMS, IPI, PIS, COFINS	3.622	1.811	667
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	2.970	3.219	4.102
	6.592	5.030	4.769
Corrente	5.965	5.173	4.769
Não Corrente	627	-	-

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

Imobilizado

a) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2010:

	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo:							
Em 1º de Janeiro de 2010	102.409	138.857	6.659	7.930	3.228	1.659	260.742
Adições	828	3.273	252	6.887	290	192	11.722
Transferências	707	7.992	(436)	(8.382)	-	119	-
Baixas	(7)	(155)	(18)	-	-	(21)	(201)
Em 31/Dezembro/2010	103.937	149.967	6.457	6.435	3.518	1.949	272.263
Depreciação							
Em 1º/Jan/2010 (Acumulada)	(16.255)	(83.754)	(4.275)	-	(589)	(1.210)	(106.083)
Depreciação do Exercício	(1.117)	(5.936)	(481)	-	(329)	(228)	(8.091)
Em 31/Dezembro/2010	(17.372)	(89.690)	(4.756)	-	(918)	(1.438)	(114.174)
Valores Residual Líquido:							
Em 31 de Dez/2010	86.565	60.277	1.701	6.435	2.600	511	158.089

b) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2009:

	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros imobilizados	Total
Custos							
Em 1º de Janeiro de 2009 (BR GAAP)	46.261	98.445	6.570	5.411	4.872	1.349	162.908
Ajuste a valor justo ("deemed cost")	54.651	37.175	-	-	-	-	91.826
Adições	906	688	132	4.293	-	23	6.042
Transferências	723	3.581	15	(1.774)	(1.644)	(14)	887
Baixas	(132)	(1.032)	(58)	-	-	(6)	(1.228)
Em 31/Dezembro/2009	102.409	138.857	6.659	7.930	3.228	1.352	260.435

Depreciação:

Em 1º/Jan/2009 (Acumulada)	(15.119)	(78.204)	(3.943)	-	(279)	(973)	(98.517)
Transferências	(163)	(1.064)	(60)	-	400	-	(887)
Depreciação do Exercício	(974)	(4.486)	(272)	-	(710)	(237)	(6.679)
Em 31/Dezembro/2009	(16.256)	(83.754)	(4.275)	-	(589)	(1.210)	(106.083)

Valores Residual Líquido:

Em 1º de Janeiro de 2009	31.142	20.242	2.627	5.411	4.300	683	64.404
Em 31 de Dez/2009	86.153	55.103	2.384	7.930	2.639	143	154.352

i) **Valores oferecidos em garantia** - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.

ii) **Valores segurados** – os Ativos Imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão, e vendáveis, bem como responsabilidade Civil. As coberturas são inerentes ao grau de risco envolvido. O montante segurado esta descrito na nota explicativa específica.

iii) **Custo atribuído** – Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Foram efetuadas inspeções técnicas objetivando avaliar:

- (i) Condições de uso;
- (ii) Estado de conservação;
- (iii) Condição de manutenção;
- (iv) Condição de operação;

- (v) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas novas vidas úteis como abaixo indicado:

<u>Classe de Imobilizado</u>	<u>Vida Útil Anterior</u>	<u>Vida Útil Atual Média</u>
Edificações e Benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10 anos	18 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	5 anos	4 anos

Intangível

a) Movimentação do Ativo Intangível - 2010:

	<u>Software</u>
<u>Custos ou Avaliações:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2010	2.487
+Adições/ (-) Transferências	148
(-) Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2010	2.635
<u>Amortização:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2010	(1.528)
Amortização do Exercício	(493)
Em 31 de Dezembro de 2010	(2.021)
<u>Valores Residual Líquido:</u>	
Em 31 de Dez/2010	614

b) Movimentação do Ativo Intangível - 2009:

	<u>Software</u>
<u>Custos ou Avaliações:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2009	2.514

+Adições/ (-) Transferências	(27)
(-) Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2009	2.487

Amortização:

Em 1º de Janeiro de 2009	(1.151)
Despesas Amortização do Exercício	(377)
Em 31 de Dezembro de 2009	(1.528)

Valores Residual Líquido:

Em 31 de Dez/2009	959
-------------------	-----

As seguintes vidas úteis são utilizadas para calculo da amortização:

<u>Classe de Intangível</u>	<u>Vida Útil Anterior</u>	<u>Vida Útil Atual</u>
Software	3 a 5 anos	4 anos

Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos Anuais	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CURTO PRAZO		14.325	21.506	17.421
FINAME	TJLP+5%a.a	-	1.352	-
ACC	9%a.a	4.829	1.761	979
Capital Giro	CDI+1,2a.m	3.708	8.474	3.439
Mutuo	CDI+0,80a.m	5.411	9.919	13.003
Finimp GCB696/10	U\$+7,40%a.a.	377	-	-
LONGO PRAZO		18.441	5.479	13.954
FINAME	TJLP + 5% a.a	-	-	4.987
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	17.736	4.979	8.817
Outros	-	-	500	150
Finimp GCB 696/10	U\$ + 7,40% a.a.	705	-	-

Vencimento dos financiamentos e empréstimos:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2009	-	-	17.421
2010	-	21.506	10.284
2011	14.325	2.712	1.392
2012	12.424	1.732	1.242
2013	6.017	1.035	1.036
TOTAL	32.766	26.985	31.375

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantido por avais da Companhia Werner conforme nota 18.a e penhora de maquinas e equipamentos.

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. resultados das nossas operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta de vendas é denominada em reais, que provém da venda de nossos produtos no território nacional e internacional, cujos clientes na sua maioria, são multinacionais, em diferentes atividades, entre elas, as montadoras de autopropulsores, e geração de energia.

(ii) fatores que podem e afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossa situação financeira e o resultado de nossas operações foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro e crescimento globalizado de expansão dos mercados que nossos clientes atuam.

O cenário macro-econômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais, principalmente do que diz respeito a recuperação pós-crise . O Real manteve sua tendência e teve apreciação frente ao Dólar de 5% em dezembro de 2010. A taxa média anual de desemprego diminuiu de 8,1% em 31 de dezembro de 2009 para 6,7% em 31 de dezembro de 2010.

(fonte IBGE)

O ano de 2008 foi marcado por um agravamento da crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano, que se estendeu em 2009. O principal impacto dessa crise sobre a economia brasileira foi a desaceleração das expectativas em relação à atividade econômica em 2009 e, com menor relevância, em 2010.

No ano de 2008, a taxa de inflação medida pelo IPCA foi 5,9%. Esse percentual ficou dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, que compreende a faixa entre 2,5% e 6,5%. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação da taxa Selic ao longo do ano, passando de 11,25% ao ano em 31 de dezembro de 2007 para 13,75% ao ano em 31 de dezembro de 2008.

Logo no primeiro trimestre de 2009, passamos a sentir os efeitos da crise internacional, com a restrição de liquidez e ofertas menores, conseqüentemente, desaceleração de alguns segmentos, destacando-se o de veículos, que apresentou queda de 10,8% no volume de vendas no quarto trimestre de 2008 quando comparado ao mesmo período de 2007 segundo o IBGE.

No decorrer do ano de 2009, a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise. Os indicadores macroeconômicos melhoraram e, apesar da esperada desaceleração do crescimento do PIB para o ano de 2009, o relatório Focus do Banco Central, divulgado em 8 de janeiro de 2010, indica somente uma ligeira queda do PIB (0,3% de variação) em 2009, já prevendo crescimento substancial de 5,2% para 2010. Em virtude da desaceleração de crescimento de nossos clientes, começamos a sentir a

reação logo no primeiro trimestre de 2010. Para ano de 2011 estamos convictos que será marcado pela volta da recuperação gradativa e constante do resultado positivo.

Efeitos dos principais fatores macroeconômicos que afetam os nossos resultados

Como podemos ver, nos últimos anos as taxas inflacionárias estão mais estáveis, vindo de encontro, principalmente a política monetária imposta pelo Governo Federal, incluindo mudanças periódicas nas taxas de juros, além da valorização do real em relação ao dólar nos últimos três anos. Nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação.

Nossa receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar o aumento dos custos para nossos clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro nosso resultado financeiro.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preço. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou uma redução de 37,9% em relação ao ano anterior, redução esta que totalizou R\$ 75 milhões. Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2007, 2008 e 2009 são explicados em decorrência de alterações em volumes e da grave crise que afetou a expansão de crescimento de nossos clientes tanto no mercado interno como externo. Nossa área comercial está atuando com diferentes mecanismos para atrair portfólios mais atrativos.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

De certa forma somos afetados pela inflação, reajustes de preços das commodities que são na sua maioria reguladas pelas bolsas de valores, onde nosso desempenho financeiro pode ser afetado, uma vez que, nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação, impactando nossa receita bruta de vendas uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços.

10.3. Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Buscamos constantemente o crescimento de nossa receita líquida, acompanhada de rentabilidade em nossas margens, nos principais segmentos que atuamos, parte de peças

para autopropulsados e geração de energia. Buscamos atingir este objetivo e com isto promover nosso planejamento estratégico de crescimento em nossa geração de caixa contábil.

b . da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Na opinião de nossos Diretores, é parte de nossa estratégia de negócios a expansão para uma nova unidade, mais moderna e com logística apurada, com o objetivo de atender a demanda de peças de grande porte.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não existem eventos ou operações não usuais praticados pela Companhia.

10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Os pronunciamentos que se tornaram efetivos ao longo dos exercícios de 2010 e 2009, e que afetaram de forma relevante os valores divulgados nestas demonstrações financeiras, referem-se à:

- Pronunciamento CPC 27 e Interpretação ICPC 10 – Ativo Imobilizado.
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

b . efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

a) Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido

	01/01/2009	31/12/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo originalmente publicado	(22.263)	1.966	(20.578)
Custo Atribuído (Ajuste de avaliações patrimoniais)	91.826		91.606
Depreciação do Custo Atribuído no Exercício		(220)	
Efeito do alongamento da vida útil dos itens do imobilizado à custo original (Impostos diferidos)	-	716	-
	<i>(31.218)</i>	75	<i>(31.146)</i>
Saldo em 01/01/2009 ajustado CPCs	37.345	2.537	39.882

b) Balanço de transição

	31/12/08 publicado	AJUSTES	01/01/09 rerepresentado
		Custo Atribuído	
ATIVO			
Ativo circulante	92.954	-	92.954
Ativo não circulante / Permanente	86.854	91.826	178.680
Imobilizado	64.391	91.826	156.217
Outras Contas	22.463	-	22.463
TOTAL DO ATIVO	179.808	91.826	271.634
PASSIVO			
Passivo Circulante	84.186	-	84.186
Passivo não circulante	118.885	31.218	150.103
Obrigações Fiscais	102.687	31.218	133.905
Outras Contas	16.198	-	16.198
Total do passivo	203.071	31.218	234.289
Patrimônio líquido	(23.263)	60.608	37.345
Capital social	8.594	-	8.594
Lucros / Prejuízos Acumulados	(31.857)	-	(31.857)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	60.608	60.608
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	179.808	91.826	271.634

Nas conciliações acima, foram considerados os CPCs deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores independentes.

Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008 contêm parágrafo de ênfase relativa à alteração das práticas contábeis em decorrência da aplicação das Lei nº 11.638/07 e 11.941/09. A opinião dos Diretores e detalhamento dos impactos decorrentes de tais alterações nas práticas contábeis está descrita no item “b” acima.

Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 contêm parágrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios. A Companhia está adotando um conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira que abrange aumento das vendas, rentabilidade dos produtos, utilização da plena capacidade de produção, estabelecimento de parcerias, treinamento de pessoal, marketing e alongamento das dívidas. A companhia vem apresentando resultado positivo, sendo no primeiro trimestre de 2010 de R\$ 127 mil.

10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil requer que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais são revisadas periodicamente, estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Objetivando a fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis críticas:

Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de circulante e não circulante considerados relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação. A Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que

o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Valor Recuperável

Para os grupos de Imobilizado e Intangível a Companhia adota o procedimento de revisar os saldos, para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Sempre que oportuno ou quando eventos de mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros será constituída provisão para perda. Os grupos do imobilizado e do Intangível, tiveram o seu valor recuperável testado, e não há indicadores de perdas de valor.

Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato

de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Obrigações com Instituições Financeiras

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores registrados a cada contrato, acrescidos de juros apropriados até a data do balanço. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) as operações de circulante e não circulante consideradas relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação, ajustando os valores de Ativos e Passivos referentes aos juros a apropriar.

Plano de Participação nos Resultados

A companhia executou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR – Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos foram determinados com base em metas financeiras e índices de performance, obtidos e apurados pela Companhia.

Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro real e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitado a 30%.

A Companhia reconheceu os créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro decorrente de prejuízos fiscais, com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, levando em conta as perspectivas de rentabilidade futura de geração de lucro tributável nos próximos exercícios sociais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2010</u>	<u>30/12/2009</u>
Lucro antes dos impostos	7.921	3.593
IR/CS a alíquota de 34%	(2.693)	(1.222)
(Exclusões)/adições		
Diferenças permanentes	(20)	-
Tributos não contabilizados sobre diferenças temporárias de exercícios anteriores	719	(368)
Outros	-	166
Total	(1.994)	(1.056)

10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições nos controles internos da Companhia. Visando o crescimento e melhoria de seus controles internos, a Companhia vem investindo em projetos *Lean Manufacturing* e ferramenta de suporte “*klikveew*” para controle de custos, para geração de informações gerenciais.

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional o setor de controladoria, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente a Companhia mantenha padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Companhia tem implementado as mudanças determinadas pela CVM, para adequar os controles contábeis ao nível internacional. Igualmente implantou a nota fiscal eletrônica, o SPED Contábil e Fiscal, conforme recomendação da auditoria.

Ainda assim, a auditoria recomendou a atenção no tocante as obrigações tributárias acessórias, recomendando a melhoria no preenchimento de algumas declarações fiscais.

É da política da Companhia a melhoria contínua, dessa forma, nos últimos exercícios, foram implementadas ferramentas que dão suporte aos controles internos, objetivando esta melhoria.

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram realizadas ofertas públicas de ações,

10.8. Opinião dos Nossos Diretores sobre outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável.

10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção dos maquinários de nossa planta industrial. Em nosso plano diretor a Companhia prevê para os próximos anos a ampliação de seu parque fabril em uma nova unidade, localizada em ponto estratégico de logística apurada, objetivando o aumento da capacidade de produção para peças de grande porte, onde será capaz suportar a necessidade da demanda deste mercado.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costumam ser realizados nos nossos complexos industriais tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, quando aplicável e possível, linhas de financiamento.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há perspectiva de quaisquer desinvestimentos de capital ou em andamento nos últimos 3 anos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

A influência na capacidade produtiva de todas as aquisições realizadas pela Companhia já está refletida na seção de Ativos Relevantes deste Formulário de Referência, especificamente no item 9.1 (a).

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e**
- iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Nossa Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de nossos clientes. Não desenvolvemos com frequência produtos novos para o mercado, muito embora, temos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts mais ágeis.

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.